

## RELATÓRIO MEMORANDO 207/PROENS

A pedido da PROENS, no dia 2 de fevereiro de 2017, durante o período de formação pedagógica, os professores se reuniram na sala 01, do bloco Administrativo do Campus Pitanga, para discutir sobre avaliação de aprendizagem no âmbito do IFPR. Estavam presentes os seguintes professores: Aline Fabiane Barbieri, André Luís Borges Lopes, Clayton Pereira de Sá, Celicris Aparecida Buchmann Dias, Diego Manoel Panonceli, Elizabeth Wood Moçato de Oliveira, Gustavo Leoni Bordin, Leandro Delgado de Souza, Lilian Orvatti, Maicon Rogério de Souza, Marcio Miguel de Aguiar e Tania Regina Rossetto.

Após assistir o vídeo com considerações teórico-metodológicas sobre avaliação, foi decidido democraticamente que fosse feito um único grupo, englobando todos os professores presentes. Feito isso, o debate teve início, conforme orientação do memorando 207/2016.

### **Questão 1 – Como tem sido a prática de avaliação desenvolvida em nosso *campus*?**

O primeiro professor a expor sua prática de avaliação afirmou que aplicano mínimo 4 atividades ao longo do bimestre, uma delas é teste escrito (prova), esta com peso maior. Devido a natureza de sua disciplina (na área de exatas), o professor afirmou que há dificuldade por parte dos alunos em realizar seminários ou trabalhos que necessitam produzir slides de sua disciplina. Por isso, as demais atividades para registrar o processo educativo ocorrido são as listas de exercícios em classe ou extraclasse, em grupo ou individual. O professor afirmou que estabelece um objetivo geral de aprendizagem no bimestre e também objetivos específicos. Assim, o teste escrito (prova) aplicado pelo professor é orientado por estes objetivos. Cada exercício do teste escrito possui correlação com um ou mais objetivo específico. Em média, o professor elabora dez questões para essa prova. Através delas, há como perceber se o aluno atingiu o objetivo geral de aprendizagem no bimestre ou não. Como o professor julga o teste seletivo de

maior importância, as atividades complementar servem para melhorar o conceito final do bimestre para os alunos que tiveram um desempenho não muito bom no teste escrito.

O segundo professor afirmou que também estabelece um objetivo geral no ano para a sua disciplina. E depois esse objetivo geral é dividido em quatro grandes blocos. Cada bimestre representa um desses blocos. Por meio dos relatos destes e de outros docentes, pode-se perceber que é comum a prática de estabelecer objetivo geral e objetivos específicos para os componentes curriculares, utilizando os instrumentos avaliativos como meio de acompanhar o processo educativo ocorrido. Os professores destacaram a importância da clareza nos objetivos do plano de ensino, e que “[...] devemos apresentar esses objetivos no início de cada bimestre. Para que os alunos saibam o que devem aprender. As dificuldades são minimizadas na medida em que o aluno tem ciência dos objetivos de cada disciplina naquele bimestre”. Acrescentaram ainda que as atividades são como instrumentos para o diálogo com o aluno. E que em uma pergunta de prova podemos identificar se o aluno aprendeu ou não.

Em seguida os professores relataram as dificuldades em trabalhar com o conceito. Em geral, após assistir o vídeo da PROENS, os professores entenderam que o conceito deve refletir o processo de aprendizagem, mas acrescentaram que muitas vezes é difícil chegar neste conceito final com base nos instrumentos avaliativos aplicados. Alguns professores relataram que os conceitos parecem não atender todas as necessidades, “[...] para mim, parece que ainda não aprendi a fazer o uso de conceito, uso três instrumentos avaliativos e tento fazer uma média, mas o problema é que tenho consciência da impossibilidade de fazer média”. Os professores concordaram que tentar quantificar é errado, “fazer média de conceito é como soltar um parafuso com um saca-rolha”. Outro professor afirmou que devemos levar em conta quantos objetivos específicos do plano de ensino o aluno atingiu ao longo do bimestre. Se todos os objetivos, “A”. Porém, se um número X de objetivos ele não atinge (mas ai já estamos quantificando), o conceito será B, C ou D, conforme estipulado no plano e ensino. Os professores chegaram ao consenso de que é

importante aplicar mais de um instrumento avaliativo, mas principalmente estabelecer no plano de ensino os objetivos de aprendizagem.

**Questão 2 – As práticas de avaliação que desenvolvemos são coerentes com a educação profissional e tecnológica inclusiva, transformadora e de qualidade pretendida pelo IFPR?**

Os professores iniciaram a discussão afirmando a necessidade do desenvolvimento contínuo das técnicas avaliativas, principalmente no que diz respeito aos instrumentos avaliativos práticos. Assim, o importante se torna não apenas o resultado que esperamos que o aluno atinja, mas sim os instrumentos práticos escolhidos pelo discente para chegar ao resultado, essa escolha deve ser valorizada pelo professor. Alguns professores afirmaram que já avaliam por meio da prática, e que uma educação profissional e tecnológica inclusiva deve superar o antigo antagonismo entre o trabalho intelectual e material. O discente deve saber e saber-fazer, sem hierarquizar os saberes. Outro professor afirmou que suas técnicas não são ainda as ideais para a educação oferecida pelo Instituto Federal, mas tem consciência de que precisa desenvolvê-las cada vez mais. Afirmou que os professores são, há muito, orientados a valorizar apenas os conteúdos aprendidos pelos alunos e que esse vício pode ser superado. Concluiu que ao longo de dois anos no Instituto Federal já conseguiu desenvolver melhor seus instrumentos avaliativos, e que as avaliações devem ser diversas, com a finalidade de valorizar a particularidade de cada aluno. Foi ressaltado que existe uma grande preocupação com essas questões por parte do quadro dos professores, e que não sabemos em que medida estamos superando os antigos métodos avaliativos. Por outro lado, as discussões sobre esse tema têm ocorrido de forma contínua e aprofundada. Outro professor ressaltou sobre a importância de incentivar a intercooperação entre os alunos, pois além de auxiliar os alunos com dificuldade, tal prática estimularia a ajuda mútua, podendo integrar no meio acadêmico os discentes excluídos. Com base nesta discussão, foi lembrado que apesar da existência de bolsas para monitoria, os alunos com

dificuldade só buscam os monitores na véspera das provas, assim, ficou decidido que para uma educação coerente com os objetivos do IFPR, essa cultura precisa ser alterada.

Após essas considerações, o grupo de professores realizou a leitura crítico-analítica da Portaria IFPR 120/2009 e da minuta de resolução proposta à Proens em 2014 pela Comissão de Avaliação da Aprendizagem. Inicialmente os professores discutiram a seguinte questão:

**3. Quais temas, princípios ou procedimentos, abordados na minuta de resolução o grupo considera que podem ser acatados como consenso?**

O grupo considerou que os Art. 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 da minuta podem continuar inalterados.

**4. Quais temas, princípios ou procedimentos, abordados na minuta de resolução o grupo considera como pontos polêmicos, problemáticos ou delicados e que necessitariam de discussões mais aprofundadas?**

No geral, as discussões foram motivadas pelo fato de, na minuta, conter algumas regras gerais para cenários diferentes. Segue as discussões organizadas pontualmente.

**Sobre o Art. 3–**

No § 1º encontramos: “O caráter contínuo e cumulativo da avaliação implica a necessidade de diagnóstico e **registro** da aprendizagem, também contínuos”.

O grupo questionou a necessidade de especificar de que modo será esse registro, se por meio de registro em diário ou portfólio, alguns professores relataram dificuldade em realizar tal tarefa, principalmente se possuírem muitas aulas.

### **Sobre o Art. 5 –**

Encontramos no Art. 5º: “O processo de avaliação **deve** considerar”, e após isso, cinco incisos com o que devemos considerar.

O grupo de professores chamou a atenção para o termo **Deve**. Foi dito que nem sempre é possível considerar todos os incisos do artigo no processo de avaliação. Assim, a sugestão foi a de que o termo fosse substituído por **PODE**. Ou ainda, o Art. 5 poderia orientar que o professor utilizasse ao menos um dos cinco incisos.

No inciso II desse mesmo artigo encontramos: “[O processo de avaliação deve considerar]o *envolvimento dos docentes, da instituição, dos estudantes e da **sociedade** no processo ensino aprendizagem*”; o termo **sociedade** aqui aparece de forma problemática. Segundo os professores, o termo sociedade se refere a: contexto social? Instituição social? Ou comunidade externa? Essa questão ficou em aberto. Ademais, considerou que os incisos II e V poderiam até estar agrupados em um único inciso.

### **Sobre o Art. 6 –**

O Art. 6 trata sobre o processo de avaliação de ensino aprendizagem. Foi retirado do inciso o processo de avaliação de ensino aprendizagem **Somativo**. Os professores pediram uma discussão aprofundada sobre a retirada deste processo.

### **Sobre o Art. 13 –**

O grupo julgou como inapropriado alterar o modo de expressar os conceitos. Segundo o grupo, devem ser mantidos os conceitos A, B, C e D.

A justificativa foi a de que não há diferença entre os conceitos AP (atingiu parcialmente [os objetivos]) e NA (não atingiu [os objetivos]). Ora, na minuta, AP deve ser utilizado quando o aluno atingiu **parcialmente** os objetivos, e “atingir parcialmente” significa que os objetivos não foram atingidos, e isso é o mesmo que NA, não atingiu os objetivos. Assim, os

termos **suficiente** e **insuficiente**, da atual Portaria, são mais adequados. Assim, os professores gostariam de uma justificativa para tal alteração.

Outro problema é que ainda estamos nos habituando em expressar o processo de aprendizagem por meio de conceitos, e uma alteração como esta sem uma discussão aprofundada geraria mais dificuldade.

### **Sobre o Art. 15 a 18 –**

A portaria não prevê os procedimentos nos cursos de Graduação.

### **Que sugestões o grupo tem a apresentar para o processo de discussão da avaliação da aprendizagem no IFPR?**

Segundo o grupo, as sugestões para esse processo já podem ser identificadas nas respostas das questões anteriores.

Pitanga, 02 de fevereiro de 2017

Grupo de Trabalho Local  
IFPR - Pitanga

**Grupo de trabalho Local Pitanga:** Instituído pela Portaria nº 04, de 02 de fevereiro de 2016, Direção Geral do Campus Pitanga.

**Membro:** André Luís Borges Lopes,

**Contato:** andre.lopes@ifpr.edu.br

**Membro:** Diego Manoel Panonceli,

**Contato:** diego.panonceli@ifpr.edu.br

**Membro:** Gustavo Leoni Bordin,

**Contato:** gustavo.bordin@ifpr.edu.br

**Membro:** Maicon Rogério de Souza

**Contato:** maicon.souza@ifpr.edu.br